



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA - SEAGRI
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000011/2026

MINUTA DE CONTRATO nº 32/2026/SEAGRI - DICOMPRAS

MINUTA DE CONTRATO Nº X/2026

Processo nº

O **Estado do Acre**, por meio da, inscrita no CNPJ sob o n.º, sediada na, neste ato por seu, o Sr., inscrito no CPF nº, domiciliado nesta capital, no uso das atribuições legais que lhe confere o, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, devidamente inscrita no CNPJ Nº, estabelecida na, neste ato representada pelo Sr., portador da cédula de identidade nº inscrito no CPF/MF nº domiciliado e residente cidade de, denominada simplesmente **CONTRATADA**, pactuam o presente **CONTRATO** em conformidade com o que dispõe a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação destina-se à prestação de serviços de fornecimento de alimentos para eventos institucionais, compreendendo serviços de buffet, coffee break, almoço, jantar, refeições externas (almoço e jantar) e fornecimento de marmitas, bem como a locação de espaços para eventos, incluindo a disponibilização de mão de obra especializada, equipamentos, utensílios, infraestrutura, montagem e desmontagem, destinados a atender às necessidades da Secretaria de Estado de Agricultura - SEAGRI, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

LOTE I (Rio Branco)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITARIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	COFFEE BREAK (Rio Branco)	Pessoa	500		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Salgados Fritos (com opção de escolha de 04 tipos de salgados fritos): coxinha de frango com catupiry, risoles com recheio de carne, queijo ou palmito, kibes de macaxeira, arroz ou trigo, bolinha de queijo, Pastéis com recheio de carne, frango ou palmito, croquete de carne. - Salgados Assados (com opção de escolha de 08 tipos de salgados assados): Mini saltenha regionais, esfiha de carne, mini-calzone com recheio de frango, palmito ou queijo, empadinha com recheio de frango ou camarão, tortinha de atum, minipão de batata com calabresa e quiche de cogumelo (vegano). - Bolo (com opção de escolha de 03 tipos de bolo): Inglês, limão com cobertura de creme de limão, arroz com doce de leite e castanha, chocolate, cenoura, coco, tapioca, milho. - Bebidas Refrigerantes diet, light e normal, água mineral com gás e sem gás em garrafas descartáveis de 500ml e até 04 tipos de suco natural (Suco verde base de maracujá, acerola, graviola e cupuaçu).					
2	MINI SALGADOS FRITOS	Cento	300		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Pastel de carne e queijo, coxinha de frango, canudinho de camarão, bolinha de queijo e presunto, quibe de trigo e arroz, saltenha, outros - mínimo de 05 variedades.					
3	MINI SALGADOS ASSADOS	Cento	300		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Esfirras abertas e fechadas, pizza, quiches variadas, saltenha, pão sírio com recheios variados, pão de queijo, outros - mínimo de 5 variedades.					
4	MINI DOCES	Cento	200		

ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Tortinhas de limão, maracujá e cupuaçu, cubos de bolo diversos, barquete de salpicão, outros - mínimo de 05 variedades.					
5	BEBIDA - REFRIGERANTE	Unid.	700		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Refrigerante diet, light e normal de ótima qualidade resfriado de diversos sabores em embalagem de 2 litros (tipo Coca Cola, Guaraná Antarctica, Sprite, Fanta Laranja, Fanta Uva ou similares equivalentes).					
6	BEBIDA - SUCO	Litro	300		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Suco servido refrigerado ou em temperatura adequada ao consumo; devendo ser apresentado sob a forma de suco natural, suco integral ou suco industrializado; vedado o fornecimento de refrescos artificiais em pó; Sabores: suco verde, maracujá e/ou cupuaçu.					
Valor total do LOTE I R\$:					
LOTE II (Rio Branco)					
7	REFEIÇÃO PRONTA/MARMITEX	Unidade	2.200		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Composição mínima de 750 gramas, pratos variados de qualidade. Por pessoa. 150g de carne bovina, frango ou peixe; 300g de arroz; 75g de macarrão; 100g de feijão; 50g de acompanhamentos (farofa, purê) 75g de salada (folhas, legumes crus ou cozidos). - A gramatura estabelecida deverá ser com os componentes preparados. As verduras cruas deverão ser acondicionadas em recipientes distintos dos alimentos cozidos. As refeições prontas serão entregues em embalagens com divisória acondicionada em recipientes térmicos que garantam a temperatura no qual foi embalado.					
Valor total do LOTE II R\$:					
LOTE III (Rio Branco)					
8	SERVIÇO DE BUFFET: ALMOÇO/JANTAR - CARDÁPIO I	Unidade	600		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: SERVIÇO DE BUFFET (ALMOÇO/JANTAR - SERVIÇO À FRANCESA) - Entrada: Torradas Temperadas/Pastas (atum / berinjela) servida nas mesas e Barquetes recheados com creme de milho, frango ou queijo. - Buffet: Salada completa composta de (alface americana, rúcula, agrião, tomate, brócolis, manga, cenoura, queijo branco em cubos, Kani, Filé ao molho madeira, Frango gratinado com molho de castanha, Arroz com cenoura e passas, Arroz Branco, Batata palha ou sôte e Hambúrguer de grão de bico (vegano). - Sobremesa: Pudim de leite, creme de maracujá ou cupuaçu e pudim de tapioca com coco (vegano). - Bebidas: Refrigerantes diet, light e normal, Água mineral com gás e sem gás em garrafas descartáveis, de 500ml e até 04 tipos de suco natural (a escolher).					
9	SERVIÇO DE BUFFET: ALMOÇO/JANTAR - CARDÁPIO II	Unidade	600		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Entrada: La Creme de Búfala com Pesto, Brie com massa Filó, favos de mel e Nuts, Carpaccio com lascas de parmesão e rúcula, e Queijo Coalho com Melado de Cana. - Volante: Dadinhos de Peixe Amazônico e Biscoito de Camarão. - Buffet: Salada Americana (alface americana, rúcula, agrião, tomate cereja, manga e palmito), Medalhão de filé com molho de bacon, com alcaparras e Champignon, e Risoto de Bacalhau. - Massa: Talharim com molho Holandês e Camarão, e Espaguete Vegano ao Molho Pesto com Manjericao. Bebidas: Refrigerantes diet, light e normal, Água mineral com gás e sem gás em garrafas descartáveis, de 500ml, e até 04 tipos de suco natural (a escolher).					
10	SERVIÇO DE BUFFET: ALMOÇO/JANTAR - CARDÁPIO III	Unidade	600		

ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Buffet: Salada marroquina, Mini batatas com alecrim, Escalopinho de filé mignon, Arroz branco, Moqueca de peixe com camarão, Fettucini ao pomodoro e manjerição ou espaguete integral com tomate seco, e queijo e rúcula. - Bebidas: Refrigerantes diet, light e normal, Água mineral com gás e sem gás em garrafas descartáveis, de 500ml e até 04 tipos de suco natural (a escolher).					
11	LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO PARA EVENTOS.	Unidade	1000		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Valor Unitário, cotado por pessoa. - Local coberto, climatizado, adequado e seguro à realização dos eventos solicitados, de forma a atender satisfatoriamente as necessidades da SEAGRI.					
Valor total do LOTE III R\$:					
LOTE IV (Cruzeiro do Sul)					
12	MINI SALGADOS FRITOS	Cento	100		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Pastel de carne e queijo, coxinha de frango, canudinho de camarão, bolinha de queijo e presunto, quibe de trigo e arroz, saltenha, outros - mínimo de 05 variedades.					
13	MINI SALGADOS ASSADOS	Cento	100		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Esfirras abertas e fechadas, pizza, quiches variadas, saltenha, pão sírio com recheios variados, pão de queijo, outros - mínimo de 5 variedades					
14	MINI DOCES	Cento	50		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Tortinhas de limão, maracujá e cupuaçu, cubos de bolo diversos, barquete de salpicão, outros - mínimo de 05 variedades.					
15	BEBIDA REFRIGERANTE	Unidade	50		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Refrigerante diet, light e normal de ótima qualidade resfriado de diversos sabores em embalagem de 2 litros (tipo Coca Cola, Guaraná Antarctica, Sprite, Fanta Laranja, Fanta Uva ou similares equivalentes).					
16	BEBIDA SUCO	Litro	50		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Suco servido refrigerado ou em temperatura adequada ao consumo; devendo ser apresentado sob a forma de suco natural, suco integral ou suco industrializado; vedado o fornecimento de refrescos artificiais em pó; Sabores: suco verde, maracujá e/ou cupuaçu.					
VALOR TOTAL DO LOTE IV R\$:					
LOTE V (Cruzeiro do Sul)					
17	REFEIÇÃO PRONTA/MARMITEX	Unidade	300		
ESPECIFICAÇÃO DETALHADA: - Composição mínima de 750 gramas, pratos variados de qualidade. Por pessoa. 150g de carne bovina, frango ou peixe; 300g de arroz; 75g de macarrão; 100g de feijão; 50g de acompanhamentos (farofa, purê) 75g de salada (folhas, legumes crus ou cozidos). - A gramatura estabelecida deverá ser com os componentes preparados. As verduras cruas deverão ser acondicionadas em recipientes distintos dos alimentos cozidos. As refeições prontas serão entregues em embalagens com divisória acondicionada em recipientes térmicos que garantam a temperatura no qual foi embalado.					
VALOR TOTAL DO LOTE V R\$:					
VALOR TOTAL R\$					

--	--	--	--	--	--	--

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

- 2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 2.1.1. O Termo de Referência;
- 2.1.2. O Edital da Licitação;
- 2.1.3. A Proposta do contratado;
- 2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados. O prazo de vigência será prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. DA VIGÊNCIA

- 3.1.1. O Termo de contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura e sua duração ficará adstrita à vigência do respectivo crédito orçamentário, prorrogável sucessivamente por até 5 (cinco) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.
- 3.1.2. No período de vigência do contrato, estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

3.2. DA EFICÁCIA

- 3.2.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre
- 3.2.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:
- 3.2.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
- 3.2.2.2. 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.1. A execução do objeto será realizada por empresa especializada, mediante solicitações da SEAGRI, abrangendo fornecimento de alimentação (buffet, coffee break, marmitas, refeições externas) e apoio a eventos, incluindo locação de espaços, mão de obra, equipamentos, utensílios, montagem e desmontagem.
- 4.2. Os serviços serão prestados sob demanda ou parcelados, atendendo tanto à capital quanto aos municípios do interior. A contratada será responsável pela qualidade, higiene e conformidade com normas sanitárias, enquanto a Administração realizará acompanhamento e fiscalização, registrando desempenho, satisfação e cumprimento das obrigações contratuais.
- 4.3. Durante a vigência contratual, caberá à contratada:
- 4.3.1. Fornecer alimentação (buffet, coffee break, marmitas e refeições externas) conforme demandas da SEAGRI;
- 4.3.2. Disponibilizar mão de obra, equipamentos, utensílios, mobiliário e infraestrutura necessários;
- 4.3.3. Realizar montagem, desmontagem e logística dos eventos;
- 4.3.4. Garantir higiene, segurança alimentar e conformidade com normas sanitárias;
- 4.3.5. Atender às solicitações dentro dos prazos, na capital e interior;
- 4.3.6. Cumprir obrigações legais, fiscais e contratuais; e
- 4.3.7. Corrigir não conformidades e adotar práticas sustentáveis.
- 4.4. **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 4.4.1. A execução dos serviços ocorrerá mediante demanda da Secretaria de Estado de Agricultura – SEAGRI, formalizada por meio de ordem de serviço ou instrumento equivalente, contendo as especificações quanto ao tipo de serviço, local, data, horário e quantitativos necessários.
- 4.4.2. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua ou parcelada, conforme a necessidade da Administração, abrangendo o fornecimento de alimentação nas modalidades previstas, bem como os serviços acessórios indispensáveis à realização dos eventos, incluindo mão de obra especializada, equipamentos, utensílios, infraestrutura, logística, montagem e desmontagem.
- 4.4.3. A contratada será responsável por garantir a qualidade dos serviços prestados, observando rigorosamente as

normas sanitárias, de higiene e segurança alimentar vigentes, além de cumprir os prazos e padrões definidos pela SEAGRI.

4.4.4. Compete à Secretaria de Agricultura – SEAGRI acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, comunicando formalmente à contratada quaisquer irregularidades e solicitando as providências necessárias.

4.4.5. A execução dos serviços deverá observar os princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e sustentabilidade, garantindo o adequado atendimento às demandas administrativas e técnicas da SEAGRI.

4.4.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas legais aplicáveis, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.4.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.4.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4.9. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.4.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5. CLÁUSULA QUINTA– MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.6. FISCAL DO CONTRATO

5.6.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV - informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;

VI - adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens;

VII - realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada

e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

VIII - proceder às avaliações dos fornecimentos executados pela contratada;

IX - determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução do fornecimento exigíveis para a perfeita execução do objeto;

X - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

XI - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento do fornecimento;

XII - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XIII - emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;

XIV - verificar a correta aplicação dos materiais;

XV - requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XVI - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XVII - propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;

5.7.

GESTOR DO CONTRATO

I - solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;

II - Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;

III - indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;

IV - dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;

V - quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;

VI - acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;

VII - analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;

VIII - observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;

IX - decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;

X - quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;

XI - analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;

XII - tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;

XIII - exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;

XIV - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;

XV - emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;

XVI - acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

XVII - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;

XVIII - receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

XIX - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;

XX - preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;

XXI - inserir os dados referentes ao contrato no PNCP

6. CLÁUSULA SEXTA- SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ _____, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

8. CLÁUSULA OITAVA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento do fornecimento será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

8.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

8.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

8.3.1.

8.3.2. CNPJ nº

8.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de da entrega do bem permanente, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

8.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

8.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$, onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

8.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

8.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou

pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

8.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

8.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

8.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar o pagamento à contratada no prazo estabelecido em Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal e Medição;

9.2. Fornecer todas as informações necessárias para a empresa ganhadora do certame sobre a correta execução do fornecimento;

9.3. Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, fixando-lhe prazo, para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontrados;

9.4. Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à contratada, a aplicação de eventuais multas contratuais;

9.5. A contratante deverá, a seu critério, e através de Servidor ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente a fiscalização da execução do contrato;

9.6. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação das normas pertinentes, são obrigações da contratada:

10.1.1. Prestar os serviços no prazo estabelecido, a contar da data do recebimento da Ordem de Prestação de Serviços;

10.1.2. A empresa contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, os materiais que vierem a ser recusados, sem nenhum custo adicional para a contratante;

10.1.3. A contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita execução dos serviços;

10.1.4. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à contratante ou a terceiros;

10.1.5. Responsabilizarem-se, ainda, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.1.6. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.1.7. Efetuar a execução de serviços em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, modelo, tipo, procedência e prazo de validade;

10.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.9. Substituir, corrigir, remover às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, os materiais com avarias ou com prazo de validade vencidos;

10.1.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

10.1.11. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da prestação de serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.1.14. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objetivo da Ata de Registro de Preços/Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem ônus para a contratante.

10.1.15. O recebimento não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade do equipamento fornecido;

10.1.16. É de responsabilidade da contratada promover o descarte e as ações de logística reversa, que couberem ao objeto contratado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa, na forma prevista na legislação vigente.

III - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

IV - A penalidade de advertência subitem “a” do item I (der causa à inexecução parcial do contrato), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

V - Será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) por motivo injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias

VI - Será aplicada multa compensatória nas seguintes hipóteses:

- a) No caso inexecução total do objeto a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente.
- b) Para as infrações previstas nos incisos “a” e “b” do item I, a multa será de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida.
- c) Para a infração prevista no inciso “d” do item I, a multa será de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.

d) Para as infrações previstas nos incisos “e” e “g” do item I, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.

VII - O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens “b”, “c” e “d” do item I, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

VIII - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens “e”, “f”, “g”, do subitem I, bem como pelas infrações dos subitens “b”, “c” e “d” do item I que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

IX - A sanção estabelecida no subitem “d” do item II, será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da administração;

X - As sanções previstas nos subitens “a”, “c” e “d” do item II poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem “b” do mesmo item.

XI - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada e o valor remanescente poderá ser cobrado judicialmente.

XII - A aplicação das sanções previstas no item II não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução

de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

13.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

13.3. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

13.4. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

13.5. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96](#) da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.6. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

13.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. Os preços dos produtos, objeto do presente contrato têm por base a proposta apresentada pela CONTRATADA;

14.2. O preço do presente contrato poderá ser ALTERADO, conforme o caso, para mais ou para menos, nas hipóteses, expressamente, previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, visando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço/fornecimento contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico inicial do contrato, tudo em conformidade com o art. 124, inc. II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Deverá ser adotado o índice de inflação com a menor variação no período, dentre os seguintes: Índice

Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) e Indicador Geral de Preços do Mercado (IGP/IBGE), considerando-se como data base para o primeiro reajuste a data da apresentação da proposta.

14.4. A revisão dos preços quando solicitada pela CONTRATADA, deverá apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:

14.4.1. Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos;

14.4.2. Cópia autenticada da(s) nota(s) fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço.

14.5. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado;

14.6. Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada;

14.7. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo ou apostilamento, com efeitos financeiros da data da solicitação da contratada;

14.8. Enquanto não ocorrer a revisão dos preços, a prestação dos serviços/fornecimento deverá ser feita de forma continuada, sob o preço contratado;

14.9. **A administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período, para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.**

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. DA ANTICORRUPÇÃO E INTEGRIDADE

16.1. COMPROMISSO COM A INTEGRIDADE:

16.1.1. A contratada declara expressamente que não oferecerá, prometerá, concederá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pagamento, benefício, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de favorecimento ilícito a agentes públicos ou a terceiros, com o objetivo de influenciar atos ou decisões relacionados à execução contratual

16.2. CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO:

16.2.1. A contratada compromete-se a observar e cumprir integralmente as disposições contidas na Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), na Lei Federal n.º 14.133/2021, na Lei Estadual n.º 3.747/2021, que institui o Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre, bem como demais normas aplicáveis à prevenção e ao combate à fraude e à corrupção.

16.2.2. A contratada responsabiliza-se por seus administradores, empregados, prepostos, representantes, subcontratados e quaisquer terceiros que atuem em seu nome ou benefício, adotando medidas necessárias para prevenir a ocorrência de atos ilícitos relacionados à execução do objeto contratado.

16.3. CANAL DE DENÚNCIAS:

16.3.1. A contratada compromete-se a divulgar, entre seus empregados, colaboradores e demais envolvidos na execução contratual, os canais oficiais de comunicação disponibilizados pela contratante para o recebimento de denúncias,

reclamações, sugestões e comunicações de irregularidades relacionadas ao contrato.

16.3.2. Para esse fim, deverão ser divulgados os seguintes canais:

16.3.3. E-mail: ouvid.seagri@ac.gov.br;

16.3.4. Endereço: Av. Nações Unidas, n.º 2.604, 7º BEC, Rio Branco/AC, CEP 69.918-093.

16.4. APURAÇÃO E PENALIDADES:

16.4.1. A constatação de prática de fraude, corrupção, suborno, conluio ou qualquer ato lesivo à Administração Pública poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente e no instrumento contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa. A aplicação observará o disposto na Cláusula 12 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste instrumento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

17.1.1. Cód. Órgão / Unidade Executora:

17.1.2. Programa de Trabalho:

17.1.3. Elemento de Despesa:

17.1.4. Fonte de Recurso:

18. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

18.0.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

19.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

21.0.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Secretário de Estado de Agricultura - SEAGRI CONTRATANTE	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Representante Legal CONTRATADA
--	--



Documento assinado eletronicamente por **JOAO PAULO EVANGELISTA DE SOUZA**, em 18/06/2026, às 09:59, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP7AD86F 087ABEAB 93DCC559 196EAC02** e código CRC **C28CB7**

